Alberto Pasqualini: Referência Intelectual Trabalhista e Ideias Reformistas

Roberto Bitencourt da Silva¹.

Resumo: *O artigo visa a acentuar a relevância política desempenhada pelo senador Alberto Pasqualini (1951-1955) no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tomando por base a temporalidade de 1946 a 1955. Ademais, concedo um destaque a algumas ideias políticas e econômicas pasqualinistas. Levando em conta a premissa do poder de influência dos “intelectuais”, costumeiramente salientado pelo campo da história das ideias, entendo que a trajetória e o pensamento político de Alberto Pasqualini podem servir como um peculiar recorte de análise sobre as propostas reformistas e as iniciativas que tipificaram o PTB (1945-1964).*

Palavras-chave: *Alberto Pasqualini; PTB; trabalhadores.*

Abstract: *The paper aims to enhance the policy relevance performed by Senator Alberto Pasqualini (1951-1955) in the Brazilian Labor Party (PTB), based on the temporality from 1946 to 1955. Moreover, we stress some political and economic ideas from Pasqualini. Taking into account the assumption of power from "intellectuals", usually emphasized by the field of the idea stories history of ideas, i understand the trajectory and political thought of Alberto Pasqualini can serve as a peculiar analysis on the reform proposals that characterizes PTB (1945-1964).*

Keywords: *Alberto Pasqualini; PTB; workers.*

Apresentação

Considerado por seus contemporâneos o “teórico do trabalhismo”, Alberto Pasqualini desempenhou relevantes atividades políticas no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), durante o período de 1946 a 1955. Suas iniciativas desenrolaram-se, em boa medida, no diretório estadual sul-rio-grandense. Isto é, na seção partidária da unidade da Federação em que nasceu e projetou-se politicamente. Entretanto, tais iniciativas guardaram importante reverberação e incidência na política nacional. Professor, advogado, jornalista e economista, Pasqualini (1901-1960) foi um político reconhecido por seus correligionários, adeptos, e mesmo por adversários, por sua erudição e dedicação no sentido de dar consistência doutrinária e visibilidade pública às diretrizes programáticas do PTB.

Senador da República (1951-1955), já nos seus primeiros discursos parlamentares proferidos na alta casa legislativa, Pasqualini teceu importantes considerações a respeito das reformas de base, oferecendo alguns contornos e o escopo de um projeto reformista que veio a ganhar maior repercussão política anos depois. O personagem foi o autor do nome de “batismo” do conjunto de reformas. Também se configurou como principal divulgador interna e externamente ao partido, ao menos uma década antes de as reformas de base alcançarem maior

reverberação no cenário político nacional.² Amplo leque de reformas sociais e econômicas refinadas no curso do itinerário do PTB, por diferentes militantes filiados ao partido, as reformas de base consistiram no mais controverso item da agenda pública no início dos anos de 1960, representando um dos eixos das tensões políticas que culminaram no golpe civil-militar de 1964.³

Tenho em vista, assim, inicialmente, empreender uma parcial apresentação das ideias e da importância intelectual e política desempenhada pelo personagem no PTB, notadamente nos anos iniciais da fase de organização da antiga legenda partidária esquerdista.⁴ Por fim, são colocados em relevo alguns temas que considero centrais para a compreensão das propostas políticas pasqualinistas, a saber: o trabalho, os trabalhadores e a propriedade. Tais temáticas permitem identificar a quem se dirigia o discurso pasqualinista – isto é, o potencial agente socialmente transformador, na ótica do personagem – e o centro das propostas economicamente reformistas preconizadas por Pasqualini, durante o período em que atuou no PTB.

Cumprido observar que, apoiado em um pressuposto das análises associadas à História das ideias, entendo que os intelectuais e os publicistas exercem uma significativa influência sobre a produção e a circulação de ideias. Tendem a nortear a conduta política e os sistemas simbólicos dos indivíduos e dos grupos sociais.⁵ Com efeito, a premissa teórica que orienta o estudo toma por referência as ponderações abaixo, feitas por John Pocock:

As intelligentsias não se dirigem somente aos seus próprios membros, mas impõem suas linguagens esotéricas sobre uma variedade de grupos (...) e públicos leigos, algumas vezes para o desprazer em uníssono desses últimos. A criação e a difusão de linguagens, portanto, é em grande medida uma questão de autoridade das elites intelectuais.⁶

Dessa forma, não seria demasiado assinalar que a trajetória e o pensamento político de Alberto Pasqualini podem consistir em um razoável recorte de análise sobre as propostas, as iniciativas e os limites que enredaram o itinerário organizacional do PTB, durante o regime democrático de 1946.

A trajetória política de Alberto Pasqualini

Nascido em Ivorá, então distrito do município de Julio de Castilhos – RS, em 1901, Pasqualini era neto de imigrantes italianos. Estudou em escolas católicas e se formou na Faculdade de Direito de Porto Alegre (atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul), em 1929. Assim como ocorrido com o conterrâneo e futuro correligionário trabalhista Leonel de

Moura Brizola, a vida de Pasqualini na juventude também foi marcada por poucos recursos, muito trabalho e estudo.⁷ Como aluno do curso de Direito, trabalhou na Viação Ferroviária.⁸

Seus primeiros passos na arena política deram-se a partir do ingresso nas fileiras do Partido Libertador (PL), no alvorecer da década de 1930. Participou da Revolução de 1930, em apoio à ascensão de Getúlio Vargas na Presidência da República. Dois anos depois, integrou as fileiras de um foco insurgente no Rio Grande do Sul, em apoio à Revolução Constitucionalista de São Paulo. Também em atividade em sua banca advocatícia, foi professor de Introdução à Ciência do Direito e Direito Civil, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1934. Vereador da Câmara Municipal de Porto Alegre (1935-1937), ocupou importantes postos na administração pública durante o Estado Novo: integrou os quadros do Departamento Administrativo do estado do Rio Grande do Sul, entre 1939 e 1943, e assumiu a Secretaria do Interior e Justiça do mesmo estado (1943-1944). Afastou-se do governo, a pedido, em virtude de divergências políticas estabelecidas, entre outros, em face das contínuas restrições à liberdade de imprensa e de opinião. Imediatamente após o seu pedido de demissão, “recebeu o título de sócio-honorário da Associação Rio-Grandense de Imprensa, durante homenagem a que respondeu com discurso”.⁹

Durante o ano de 1945, na oposição ao legado autoritário do Estado Novo, e na condição de assíduo colaborador do jornal *Correio do Povo* – em que escrevia como articulista uma seção de análise política –, as ideias de sabor democrático e socialmente reformista de Pasqualini alcançaram ponderável repercussão pública.¹⁰ Em meio ao processo de transição democrática, assim como no Rio Grande do Sul, em São Paulo a *Folha da Manhã* veiculava notícia sobre a criação de um partido político liderado por Pasqualini.¹¹ Congregando setores populares e intelectualizados da sociedade porto-alegrense, sob a liderança do personagem, foi fundada em 23/09/1945 a União Social Brasileira (USB). Uma organização política cujo programa assinalava a democracia parlamentar e representativa, associada a reformas sociais e econômicas de natureza distributivista. A respeito, Pasqualini, estabeleceu, poucos meses antes da formação da USB, algumas ideias que viriam a caracterizá-la.

Nunca estive nas minhas cogitações fundar partidos (...). Sempre entendemos que a melhor maneira de iniciar as práticas democráticas não seria lançar candidaturas e garantir situações, mas oferecer uma contribuição ideológica, resultante da colaboração de todas as classes e homens dignos e patriotas, a fim de que os próprios construtores de partidos tivessem pontos de referência na sua tarefa (...). Nossos propósitos são desinteressados, porque, se não o fossem, estaríamos incorrendo nos mesmos erros que condenamos.¹²

Temos aí o indício de um posicionamento político convergente com o papel que Pasqualini tendeu a se consagrar, *a posteriori*: um intelectual desinteressado nos fenômenos políticos de curto prazo, atento mais à semeadura de ideias, de sorte a influir na opinião pública. Uma maneira de também intervir na vida política, até mesmo no universo partidário que se estava a delinear. Contudo, sem o compromisso com o imediatismo eleitoral. Ademais, denotando um esforço de aproximação dos grupos políticos sul-rio-grandenses ligados a Vargas, Pasqualini fora convidado a ocupar o assento de ministro do Supremo Tribunal Federal. Recusou a oferta.¹³ Seguramente, indício adicional de um padrão de comportamento político que viabilizou a construção da sua expressiva imagem material e pessoalmente desinteressada, como abordado adiante.

A USB pode ser classificada como uma espécie de “sociedade de pensamento”, para empregar uma categoria conceitual utilizada por Maurice Duverger.¹⁴ Isto é, a USB foi um tipo de organismo político integrado por intelectuais que visavam indiretamente influir, via proselitismo, nos negócios públicos. Não obstante, em 1946 a USB foi integrada ao PTB/RS. Liderada e fundada por sindicalistas, a seção gaúcha do PTB, a princípio, não via com bons olhos “uma elite de letrados”, que conformaria, na opinião daqueles, a composição da USB. José Vecchio, líder sindicalista e fundador do diretório gaúcho do PTB, contudo, procurou costurar um entendimento entre os dois agrupamentos, haja vista a perspectiva de corte social e reformista da USB e a convergência de Pasqualini em face da legislação do trabalho outorgada pelo governo Vargas, conforme interpretação dada por Miguel Bodea.¹⁵ Os sindicalistas enxergavam Pasqualini “como integrante de uma ‘elite avançada’”, de acordo com a perspectiva de Cruz.¹⁶

Pasqualini concorreu às eleições para o governo gaúcho em 1947 e em 1954. Perdeu ambas as eleições por pequena margem de votos, para os candidatos do Partido Social Democrático (PSD). Sagrou-se exitoso na eleição de 1950 a uma cadeira no Senado, vencendo ao ex-líder integralista Plínio Salgado.¹⁷ Em 1948, a principal obra publicada pelo personagem foi lançada: *Bases e sugestões para uma política social*, livro que contou com excelente repercussão nos meios políticos e jornalísticos. Durante os decênios de 1940 e de 1950, com frequência publicou artigos na imprensa.

Em sua atuação como senador, destacaram-se, sobretudo, a defesa do monopólio estatal do petróleo – tendo exercido a função de relator do projeto de criação da *Petrobras* na Comissão de Finanças do Senado –, e a autoria de projeto que propôs a criação do sistema federal de bancos

estatais, em 1954. No tocante a este projeto, chama atenção a preocupação pasqualinista em criar um sistema nacional de crédito destinado ao financiamento de ações e de medidas que classificava como “não capitalistas”. Recursos para propiciar a oferta da casa própria aos trabalhadores urbanos, em condições razoáveis de pagamento, e de terra e de insumos agrícolas para os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários. Na linha de entendimento do senador, o seu propugnado “crédito social” se destinaria a promover o desenvolvimento urbano e industrial acompanhado da redução dos preços dos gêneros alimentícios e dos gastos com a habitação – possibilitando um aumento, no orçamento familiar dos trabalhadores, do consumo de artigos manufaturados; ampliando, com efeito, a demanda e a produção industrial.¹⁸

Entre os anos de 1954 e de 1955, o nome de Pasqualini foi cogitado com certa desenvoltura na imprensa para a sucessão presidencial. Declinou de todas as ofertas.¹⁹ Nos primeiros dias do ano de 1956 foi acometido por um derrame cerebral, afastando-o definitivamente das lides políticas. Por anos ficou preso a uma cama, praticamente imóvel. Faleceu em 3 de junho de 1960.

O pensamento pasqualinista e a sua referencialidade para o trabalhismo

O pensamento político de Alberto Pasqualini foi constituído de maneira processual, publicizado ao longo dos anos de 1930 a 1950, em conformidade com as experiências políticas em que se envolveu, como também em função das questões públicas às quais deu atenção. Revela a perspectiva pasqualinista a apropriação de uma heterogeneidade de matrizes teórico-filosóficas, refletindo-se em múltiplos textos, discursos e pronunciamentos na temporalidade assinalada. Esquemáticamente podem ser mencionadas as seguintes matrizes: o positivismo, o liberalismo político, o socialismo democrático – particularmente o trabalhismo britânico –, o catolicismo e o keynesianismo. Denota também expressiva sintonia com a perspectiva econômica da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Com elevado engenho criativo, Pasqualini combinou valores e ideias pertencentes a expressões paradigmáticas distintas. Mas, não deixou de apresentar, sobremaneira em um período mais maduro das suas experiências políticas, ou seja, em atividade no PTB – precisamente o recorte temporal e intelectual priorizado pelo trabalho – uma ponderável orientação socialista. Em sua perspectiva:

O Estado, na realização dos seus objetivos econômicos e sociais, (...) [deve ter] precipuamente em vista as necessidades e os interesses das classes trabalhadoras. Isso somente será possível pela elevação do padrão econômico e educacional das massas proletárias rurais e urbanas e,

consequentemente, pela melhor distribuição da riqueza e da renda nacional (...). [O trabalhismo brasileiro] não poderá ainda ser o socialismo, mas a realização prática dos postulados do solidarismo social. Deverá ser um movimento de ascensão do proletariado rural e urbano, dos pequenos agricultores, das populações pobres e desamparadas, a luta por um padrão mínimo de existência material e cultural.²⁰

Lançando mão de argumentos relativamente correspondentes à teoria marxista, contudo, Pasqualini entendia que a sociedade brasileira não preenchia, há época, certos requisitos capazes de levar a cabo a construção de uma sociedade socialista. Baseando-se em um tipo de interpretação que denotava um saliente corte materialista de avaliação da realidade social e econômica do país, o personagem argumentava que:

Deveremos observar que, no Brasil, não existiriam condições materiais, objetivas, nem condições psicológicas e políticas para a instituição do socialismo, isto é, não lograria aqui alcançar os objetivos visados (...). Nem existem meios técnicos, nem meios financeiros, nem educação para tal empresa.²¹

Na ótica do personagem, o trabalhismo deveria, na quadra histórica de meados das décadas de 1940 e 1950, estabelecer-se em uma posição intermediária entre o capitalismo liberal, “individualista” – que em boa medida, tipificaria a sociedade brasileira, segundo Pasqualini – e o socialismo democrático defendido pelo *Labour Party* britânico. O controle e a exploração estatal dos recursos naturais e energéticos, assim como a adoção da tributação progressiva, constavam no rol de reformas econômicas preconizadas. Estas reformas, que indicavam a tentativa de constituir um capitalismo reformado e regulado pelo Estado – programa ao qual Pasqualini classificava como “solidarismo” –, somente poderiam ser alçadas ao poder do Estado por meio das instituições democráticas representativas. Denotando uma interpretação reformista e gradualista sobre a luta política e a socialização da produção, relativamente consoante às ideias também esposadas, no período, pela social-democracia europeia,²² Pasqualini entendia que “a melhor forma de realizar a justiça social será ainda empregando os métodos da liberdade e não os processos da violência e da coação”. Assim, “nenhuma transformação ou organização social estável será possível”, se não for reformado “o caráter e não se aperfeiçoarem os sentimentos dos homens”.²³

Pasqualini integrou uma ala que advogava para o PTB maior “independência em relação ao aparelho burocrático do Estado e a projetos personalistas de quaisquer líderes políticos”.²⁴ Esta ala, designada por Lucília de Almeida Neves como *doutrinária*, caracterizava-se pela atenção dedicada ao delineamento de contornos ideológicos ao partido. Manteve uma ativa produção

intelectual e estimulou a criação de círculos de debates e de estudos internos, assim como, em geral, envolveu-se na produção de livros e de textos por meio da imprensa. Como Pasqualini (PTB/RS), também Lúcio Bittencourt (PTB/MG), San Tiago Dantas (PTB/MG),²⁵ Sérgio Magalhães (PTB/DF/GB) e Fernando Ferrari (PTB/RS) destacaram-se como lideranças proeminentes da tendência partidária. Os *doutrinários* revelavam uma concepção partidária norteadada pelo primado do ativismo pedagógico em face do eleitorado,²⁶ por meio da veiculação de ideias, propostas e valores ao público.²⁷ Portanto, o exercício de uma função educativa, relativamente nos moldes explorados por Gramsci,²⁸ também tipificou a trajetória do PTB, em razoável grau uma função tributária das iniciativas de Pasqualini. Aquilo a que Rémi Lefebvre considera como característica de uma agremiação partidária esquerdista, isto é, o exercício de “um trabalho de politização dos grupos socialmente dominados a quem o partido procura representar”,²⁹ também marcou a ala *doutrinária* do PTB, no regime democrático de 1946. Setor partidário bastante influenciado por Pasqualini, especialmente entre a segunda metade dos anos de 1940 e meados da década de 1950.

Em múltiplas fontes analisadas, referentes à temporalidade das décadas de 1940 a 1960, vê-se que a perspectiva política trabalhista era recorrentemente associada à *persona* de Alberto Pasqualini, pelos mais diferentes atores políticos. Com base na interpretação de Michel de Certeau,³⁰ parece-me lícito argumentar que o papel desempenhado por Pasqualini no seio da corrente trabalhista pode ser considerado “estratégico”, no sentido em que “sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio”. Um lugar de enunciação das propostas trabalhistas. Consistiu em uma referência sobre os projetos e as iniciativas do PTB. Isso, sobremaneira, em virtude de uma peculiar mobilização de práticas que tipificam o universo cultural e a prática do intelectual. A imagem política e materialmente desinteressada do personagem concorreu para assumir este papel de referencialidade trabalhista. Menos preocupado com vitórias eleitorais do que com a veiculação de valores éticos e propostas políticas, o perfil da inserção de Pasqualini na arena política possibilitava a promoção de uma imagem “desinteressada”. Nesse sentido, identificando certos traços que remontariam ao arquétipo dos filósofos do Iluminismo, Zygmunt Bauman põe em destaque a variável do “desinteresse”, concebendo-a como um predicado explorado pelo sujeito a que se atribui a função de intelectual:

Sobre o campo fragmentado dos especialistas (...), ergue-se, não obstante, o fantasma de ‘pensadores como tal’, pessoas que vivem para e pelas ideias, livres de qualquer preocupação vinculada a função ou interesse; pessoas que preservam a capacidade e o direito de dirigir-se ao

resto da sociedade (inclusive outras partes da elite educada) em nome da razão e de princípios morais universais.³¹

Segundo Pasqualini, “a atividade política e administrativa no estado moderno deve ser uma atividade racional e científica e não uma atividade empírica de tentativas sem direção”.³² Esse postulado, que privilegiava o estudo e o saber, e que norteou o itinerário de Pasqualini no PTB, foi reconhecido por seus contemporâneos. O “teórico do trabalhismo” conseguiu reservar para si um espaço de legitimidade que o colocou em alta evidência política e intelectual na corrente petebista. A sua legitimidade foi também identificada e reforçada por atores que integravam outras orientações políticas e de pensamento, inclusive adversárias. É o que se pode perceber abaixo em uma matéria do *Diário de Notícias*, jornal que pertencia ao conglomerado midiático de Assis Chateaubriand, um opositor dos petebistas.

Há tempos declarou o sr. Getúlio Vargas que um dos objetivos do PTB seria a socialização das fontes naturais de riquezas (...). Afirmou o chefe trabalhista que o PTB é um partido socializante (...). Essas declarações do sr. Getúlio Vargas têm tido diferentes interpretações. Eis por que solicitamos do sr. Alberto Pasqualini que nos indicasse qual a interpretação exata e qual a posição do PTB em face do capitalismo e do socialismo.³³

Recorrer a Pasqualini para esclarecimentos sobre a posição do partido em relação a diversos assuntos era comum. No caso em tela vê-se inclusive um pedido de explicação, mais precisa, acerca do pronunciamento do então chefe incontestado do PTB. Do lado petebista, é claro, o seu prestígio não poderia ser inferior. Em 1949, o diretório do partido no Distrito Federal acolhia a proposta pasqualinista da reforma bancária, com o seu respectivo “crédito social”, afirmando que ela “estabelece normas de interesse geral e equaciona, para uma solução inteligente, um conjunto de problemas vitais, a recuperação econômica do indivíduo e do Estado”.³⁴ Três anos depois, matéria publicada pela *Revista Trabalhista* – um periódico editado no Rio de Janeiro e que detinha estreitas ligações com o PTB –, com fotos envolvendo o personagem e outras lideranças partidárias, apresentava legenda reveladora: “O senador Alberto Pasqualini orienta parlamentares trabalhistas sobre questões do momento”.³⁵ Pode-se afirmar que a mesma *Revista Trabalhista* chegou a revelar um saliente culto à imagem e ao pensamento pasqualinista. Veiculou a imagem de um mito que encarnou esperanças e crenças políticas em uma comunidade de adeptos do trabalhismo. Tomava o seu pensamento como referência expressa. Na edição inaugural do periódico, em 1949, apresentou uma recepção extremamente positiva do livro de Pasqualini, *Bases e sugestões para uma política social*, lançado um ano antes, na editora Globo, sediada em

Porto Alegre. Grande destaque foi concedido ao livro em matéria exclusiva a esse respeito. Avaliações as mais elogiosas foram feitas tanto ao livro quanto ao seu autor. A obra foi considerada “sensacional” e a “única base para o progresso do trabalhismo brasileiro”, um livro “profundo e cuidadosamente, é no seu gênero, o único, na literatura nacional, que estuda com seriedade e amplitude, o complexo problema político, moral, econômico e social brasileiro”.³⁶ No tocante aos predicados pessoais do autor, foram tecidas informações igualmente laudatórias e que também mobilizavam um pouco da sua trajetória:

Alberto Pasqualini, eminente sociólogo e prestigioso chefe trabalhista brasileiro, cujo passado tem sido uma sucessão ininterrupta de altas lições de incorruptível honradez, dignidade, resistência moral, firmeza de ânimo e elevação ante a adversidade, oferece à juventude nacional, um exemplo do quanto pode um homem, quando tem a guiar-lhe a vida um ideal superior de fraternidade humana.³⁷

Detentor de “conhecidas ideias de tipo socialista”, na avaliação de um repórter do jornal paulista *Folha da Manhã*,³⁸ notícia divulgada pelo mesmo jornal, em 1951, abordava uma série de discursos proferidos por Pasqualini no Senado, acerca das reformas de base. O jornal oferecia aos seus leitores fortes impressões positivas. Acentuando a alta receptividade que mereceu alguns destes discursos pronunciados pelo personagem, a matéria assim discorria sobre um pronunciamento realizado: “o recinto e as tribunas estavam cheios. Pasqualini alongou-se (...) na definição de coisas e problemas como se estivesse numa cátedra, dando uma lição de história, economia e sociologia”.³⁹ Em 1958, Unírio Machado, deputado federal pelo PTB/RS, demonstrava em discurso parlamentar o seu apreço à obra intelectual e política de Pasqualini, em função da reedição do livro *Bases e sugestões para uma política social*.

Cumpro o grato dever e a honrosa missão, em nome da bancada trabalhista (...) de comunicar à Casa e, por seu intermédio, à Nação o lançamento hoje (...) da grande obra política, econômica e social do insigne Senador da República Alberto Pasqualini, intitulado “Bases e Sugestões para uma Política Social”. Senador (...), expressão máxima de jurista, pensador, sociólogo, consagrou-se como doutrinador, como estadista numa das maiores figuras do Parlamento Nacional. Pelo seu idealismo pela sua argúcia de estudioso dos problemas nacionais, coube-lhe a obra de ser o teórico máximo do trabalhismo.⁴⁰

Considerado pelo próprio líder petebista maior, Getúlio Vargas, como o intelectual de proa do partido,⁴¹ Pasqualini liderou uma corrente doutrinária no PTB que o converteu em proeminente *ideólogo* trabalhista. Isto é, nos termos delineados por Norberto Bobbio,⁴² um tipo de intelectual cuja inserção política é voltada, sobretudo, à produção e à veiculação de valores que se prestam a nortear o público rumo a um determinado ideal de ordenamento da sociedade. Ademais, segundo

o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB), em momento de consternação com o falecimento do personagem, no ano de 1960, “sem Pasqualini o PTB não teria existido”.⁴³

Importa ainda sublinhar que à construção do *status* de autoridade doutrinária do trabalhismo, alcançada por Pasqualini, deve-se levar em conta um fato de substantiva relevância: a preocupação em elaborar contornos e diretrizes teóricas nítidas para o trabalhismo praticamente ficou circunscrita ao personagem, nos anos iniciais do PTB – diga-se, atividade política e intelectual que ele desenvolveu no Rio Grande do Sul, seção que detinha a hegemonia no diretório nacional do partido.⁴⁴ Vejamos na sequência algumas questões centrais que nortearam a avaliação pasqualinista das mazelas sociais brasileiras, bem como as sugestões reformistas propugnadas para o seu respectivo equacionamento.

O trabalho, os trabalhadores e a propriedade

Princípio ético recorrentemente mobilizado pelos textos, pelas entrevistas concedidas à imprensa e pelos pronunciamentos de Alberto Pasqualini, em sua trajetória petebista, o *trabalho* constituiu-se em uma categoria conceitual mais bem formulada pelo personagem em um discurso proferido no Senado, em 1951, cujo título da intervenção foi “A sociedade segundo o trabalhismo”. Configurando um dos seus discursos, proferidos no Senado, reproduzidos em um opúsculo publicado pelo diretório regional do PTB/RS, em 1952,⁴⁵ “A sociedade segundo o trabalhismo” revela a importância atribuída por Pasqualini ao trabalho enquanto esteio para o ordenamento da sociedade brasileira. Neste texto, Pasqualini pôs em relevo o princípio do trabalho, apresentando uma concepção filosófica que dava a ele o elevado *status* de eixo da organização coletiva humana. Portanto, norteio as ponderações que se seguem com base no texto/discurso a que faço alusão. Representando um decisivo fator para a organização da vida em sociedade, Pasqualini compreendia o trabalho da maneira que segue abaixo:

Tomo sempre a palavra ‘trabalho’ no sentido de uma atividade econômica e socialmente útil, de uma atividade que produza ou contribua para produzir bens e serviços que contenham alguma utilidade para os demais membros da coletividade e possam, por isso mesmo, ser permutados por bens e serviços oriundos de atividade da mesma natureza ou de outras formas de trabalho.⁴⁶

Nesse sentido, atribuindo uma noção de utilidade social como predicado para a sua designação de trabalho, Pasqualini entendia que “o agiota, (...) o monopolista, o especulador exercem atividades, mas não poderíamos considerá-las e classificá-las como formas de trabalho, porque

‘trabalho’ por definição, é uma atividade socialmente útil”.⁴⁷ Interpretando estes tipos de atividades como expressões do “parasitismo e da improdutividade social”, as variáveis “bem-estar social” e “produtividade” seriam fundamentais para a definição de trabalho, sob a ótica pasqualinista. A respeito, o personagem, à guisa de delineamento dos contornos da sua perspectiva sobre o trabalho, tecia considerações acerca das análises clássicas de alguns estudiosos do assunto, dentre eles Adam Smith e Marx. Do primeiro, recusava a noção restritiva de “produtividade” do trabalho associada à incorporação de um valor adicional, pelo trabalhador, à matéria bruta, convertendo-a em mercadoria.⁴⁸ Isso porque Pasqualini assinalava a produtividade do trabalho existente nas atividades de diferentes categorias profissionais que, direta ou indiretamente, satisfaziam necessidades coletivas e proporcionavam, com isso, a geração de um bem-estar aos sujeitos que requeriam ou consumiam os frutos dos seus trabalhos, tais como os médicos, os professores, os cientistas, os empregados domésticos etc. De Marx, o personagem aceitava a avaliação de que, sob o regime social de produção capitalista, “o trabalho produtivo é o trabalho assalariado que produz a mais-valia”, isto é, que tem em vista propiciar lucros à burguesia. Não obstante, rejeitava esta concepção regida pela lógica do capitalismo, enquanto valor moral que viesse a assentar as bases de uma sociedade norteada por princípios trabalhistas. Para Pasqualini, então, o trabalho correspondia à “produção de utilidades e serviços destinados a satisfazer necessidades e desejos humanos e à criação de meios de bem-estar”.⁴⁹ Sobre pôs a dimensão das necessidades e dos anseios do consumidor ao aspecto mercantil que tipifica o trabalho sob a égide capitalista. Para empregar a gramática marxista, Pasqualini, como Marx,⁵⁰ privilegiava o valor de uso do trabalho em detrimento do valor de troca.

Na percepção do “teórico do trabalhismo”, a exploração das necessidades básicas dos sujeitos e as atividades intermediativas, em boa medida, consistiriam em atividades improdutivas, notadamente relacionadas à especulação (da terra e da moradia) e ao setor financeiro. A interpretação pasqualinista sobre o trabalho, como se vê, baseava-se fundamentalmente no parâmetro da produção e da utilidade de bens e de serviços coletivamente demandados. A categoria trabalho, portanto, poderia ser concebida como um dispêndio de energia física e intelectual que proporcionasse a elaboração e a oferta de objetos materiais ou simbólicos que atendessem a amplas necessidades e desejos da coletividade. Logo, sua interpretação denota um certo grau de generalidade no que respeita à delimitação dos segmentos e classes sociais diretamente envolvidos com este universo produtivo, que tipificaria o trabalho. Em outras

palavras, para Pasqualini, quem eram os atores sociais produtivos? Quem era o trabalhador? Essas indagações são importantes, entre outros, porque eram os estratos produtivos e trabalhadores que conformavam os setores sociais privilegiados pelo discurso pasqualinista como destinatários da mensagem trabalhista, assim como os agentes sociais centrais para o ordenamento de uma sociedade eventualmente orientada por um governo e por um caldeirão cultural trabalhista. O preceito ético do trabalho deveria servir de critério maior para toda e qualquer proposta e iniciativa do trabalhismo, segundo Pasqualini. Tendo naquele preceito o móvel e a luz para as propostas de reformas da sociedade brasileira, pode-se dizer que a sua elaboração da categoria conceitual trabalho permite, a princípio, identificar os atores sociais “improdutivos” e alheios ao universo dos trabalhadores: os estratos empresariais dedicados à especulação financeira e fundiária rural e urbana. Com efeito, os setores burgueses das finanças e os que, no campo e na cidade, exploravam as necessidades do trabalhador. No campo, os grandes proprietários de terras que tanto estabeleciam condições leoninas para o arrendamento ou a parceria no uso da terra, quanto a deixavam ociosa na expectativa da sua valorização. Na cidade, aqueles que exploravam as necessidades de habitação do trabalhador, via especulação imobiliária. Nesta última categoria, poderiam ser enquadrados tanto os proprietários orientados por uma lógica rentista, quanto os banqueiros que viam na construção de moradias oportunidades para altos ganhos. Estes setores, classificados por Pasqualini como “parasitários, egoístas e usurários”, representavam, pois, o *não-trabalho*, a exploração, e neles incorria boa parte da responsabilidade pelas desigualdades sociais imperantes no país. Posto isto, quem eram, para Pasqualini, os trabalhadores? A quem, de fato, em conformidade com o seu pensamento, o Partido Trabalhista Brasileiro, e um circunstancial governo seu, deveria representar?

Os *trabalhadores*, isto é, os sujeitos coletivos dedicados a atividades socialmente produtivas, eram compostos na retórica pasqualinista, de maneira bastante evidenciada, pelos proletários urbanos, pelos assalariados e despossados do campo e pelos pequenos proprietários rurais. Contudo, a sua abordagem não deixava de guardar certa tensão e ambiguidade a respeito. Vez e outra o “teórico do trabalhismo” fazia referências indiretas a outros estratos sociais, como se pode observar na sequência: “trabalho significa aqui qualquer forma de atividade socialmente útil e não apenas o trabalho assalariado”.⁵¹ Incluía em algumas oportunidades os capitalistas dedicados aos investimentos produtivos – de maneira não muito clara, possivelmente os estratos

pequenos e medianos do empresariado industrial e comercial. Referindo-se explicitamente a certas camadas proprietárias dos meios de produção, afirmava Pasqualini:

Há capitalistas e capitalistas. Há os nocivos e os inúteis; há os que prestam serviços à coletividade. (...) Muitos deles são apenas proprietários *nominais* dos meios de produção, pois trabalham lado a lado com os empregados, levam uma vida sóbria e discreta e invertem os lucros na ampliação da empresa ou em novos empreendimentos. O negócio para eles não é apenas o lucro, mas algo que corresponde a um fim social e que, portanto, deve progredir, expandir-se e perpetuar-se (...). Interessam-se por seus colaboradores e se esforçam para melhorar-lhes os salários e as condições de existência, cuja dureza muitas vezes experimentaram (...). Esse é o capitalista socialmente útil e de cuja atividade a coletividade não poderá prescindir.⁵²

Malgrado um possível idealismo em suas observações, o personagem não deixava de identificar a tendência do capitalismo em sua época, assim como o potencial destino comportamental dos capitalistas. A antiga figura do “capitão de fábrica”, que participava diretamente da gestão da empresa, tendia a desaparecer, sendo deslocada por um novo agente empresarial: o acionista. Segundo Pasqualini, a tendência não era, com efeito, socialmente muito alvissareira (diga-se, como o vemos claramente em nossos dias).

Infelizmente, o capitalismo tende quase sempre a degenerar, a tornar-se hereditário, especulativo, parasitário. Na organização das empresas, a participação do capitalista passa a ser muitas vezes puramente financeira. (...) Não realiza nenhum trabalho pessoal. Explora apenas o direito de propriedade. Por fim, controlando a finança, os bancos, o dinheiro, o crédito, maneja toda a economia que se transforma, em suas mãos, num puro jogo de especulação. Temos, então, o último grau da degeneração do capitalismo.⁵³

Esta ambiguidade na definição do “trabalhador” talvez corresponda às vicissitudes de uma sociedade em fase de industrialização. O personagem entendia que a economia brasileira encontrava-se envolvida com problemas relativos à obtenção de capital para viabilizar investimentos produtivos e industriais – uma economia cuja escassez de poupança e de recursos financeiros chamava-lhe a atenção. Logo, não raro, Pasqualini acenava para os capitalistas, atribuindo-lhes um importante papel a cumprir no processo de mudanças sociais e econômicas esposadas pelo PTB. Eram, pois, os setores capitalistas também destinatários da mensagem trabalhista do personagem, com a ressalva de que deveriam nortear os seus empreendimentos em conformidade com o preceito da solidariedade social. Teriam deveres para com a sociedade e não poderiam ser regidos única e exclusivamente pela aspiração lucrativa. Para submeter a empresa privada ao interesse público, Pasqualini atribuía relevante papel ao Estado.

Talvez seja plausível também assinalar uma outra e potencial razão para a ambiguidade retórica em torno da delimitação classista dos “trabalhadores”: as limitações derivadas do universo de eleitores vigentes no regime constitucional de 1946, sobretudo no período de 1946 a 1955, anos de militância petebista de Pasqualini. A interdição dos analfabetos ao direito de voto, implicava em uma séria limitação, em que pese o ponderável crescimento do número de eleitores no curso do regime, em função do aumento da escolarização, como destaca Jorge Ferreira.⁵⁴ Com base em números eleitorais mobilizados por Gláucio Soares,⁵⁵ é possível afirmar que cerca de 27% da população adulta votaram no ano de 1945, ou seja, cerca de seis milhões de pessoas, enquanto em 1958, mais de 10,5 milhões exerceram o direito de voto, o que representaria percentual superior a 1/3 do eleitorado. Todavia, a maioria esmagadora dos trabalhadores urbanos e, principalmente, os do campo não puderam votar, em 1945, em virtude do corte escolar. Sem desconsiderar o processo de construção do alargamento dos direitos políticos no período, como chama a atenção Ferreira, cumpre observar que a restrição eleitoral a que faço alusão provavelmente incidiu no ambíguo direcionamento da mensagem pasqualinista, pois expressiva parte dos analfabetos era representada pelos trabalhadores rurais. Precisamente o público ao qual Pasqualini manifestava especial atenção, dedicando significativos números de páginas textuais, de propostas e de discursos a favor das melhorias das condições de vida e de trabalho.

Em todo caso, mesmo que em função de razões relativamente distintas às apresentadas por Przeworski no tocante aos dilemas da social-democracia europeia,⁵⁶ no mesmo contexto histórico, também a retórica pasqualinista guardava boa dose de policlassismo. Por motivos de ordem tática, procurava acomodar os seus discursos e projetos aos eventuais interesses de diferentes setores sociais. Não é ocioso afirmar que o aludido policlassismo pasqualinista consistia em um peculiar recurso discursivo em busca de apoio às suas propostas reformistas.⁵⁷ Buscando a ampliação do raio de apoio político e eleitoral aos projetos trabalhistas, Pasqualini, no entanto, não deixava de priorizar os segmentos populares, afirmando que “o tema social” é imperativo “para um governo trabalhista”. Entendia que “o desenvolvimento” não deve operar-se “à custa de maiores privações e sacrifícios das classes proletárias”.⁵⁸

Todavia, a interpretação desenvolvida pelo personagem a respeito do horizonte político dos diferentes estratos e classes sociais brasileiras era bastante negativa. Em boa medida, o seu policlassismo derivava desta percepção sobre a estrutura de classes e uma correspondente avaliação que sublinhava uma baixa capacidade de participação política progressista.

No Brasil, temos, (...) a grande massa do proletariado rural, ignorante, submissa, indefesa, herdeira da economia escravagista; a massa dos pequenos agricultores, lutando pela sua emancipação; o operariado urbano, mais independente, porém, ainda pouco esclarecido e facilmente crédulo e explorável. Do outro lado, uma conjugação de forças reacionárias – reacionárias pelo espírito e (...) pelo interesse. De permeio a tudo isso, um industrialismo incipiente vivendo à sombra da tarifa, e uma economia rural mais ou menos feudal.⁵⁹

Uma percepção negativa sobre a sociedade brasileira, que tendia a enxergar na classe média o potencial exercício do papel politicamente inovador; o agente social transformador àquela quadra histórica. *Grosso modo*, talvez seja possível argumentar que compunham esta classe média os seguintes grupos: profissionais liberais, camadas do funcionalismo público e alguns estratos dos assalariados e dos pequenos e médios proprietários rurais e urbanos. Residia na classe média a expectativa de levar a cabo a disseminação do ideário trabalhista, consistindo em uma importante fração do público-eleitor para a mensagem pasqualinista. Por conseguinte, não é gratuita a sua ambiguidade sobre a figura do “trabalhador”, já que nos setores médios, em geral escolarizados, Pasqualini identificava o principal agente social mudancista. A estes setores cumpriria um papel progressista e educativo, por serem mais escolarizados e, potencialmente, suscetíveis à defesa das mudanças sociais. Não obstante, a “função” que deveria ser desempenhada pela classe média tenderia a abrir as portas para a elevação política do proletariado. A perspectiva socialista, reformista e gradualista do personagem abrangia também a estrutura nacional de classes:

Só a mobilização política da classe média é que permitirá, por enquanto, no Brasil, acelerar o processo de sua evolução, através de instituições mais ou menos progressistas. A “politização” da classe operária determinará os processos ulteriores dessa evolução.⁶⁰

Ressaltado o trabalho enquanto categoria ética central, destacados os potenciais destinatários da mensagem e das propostas reformistas pasqualinistas, veja-se a abordagem desenvolvida pelo personagem acerca da temática *propriedade*. É relevante pô-la também em destaque, já que a prioridade política concedida ao *trabalho* e aos *trabalhadores* implicava em propostas econômicas que incidiam sobre a regulação e a intervenção estatal na propriedade – seja sob a forma material da terra e das instalações físicas, seja sob o aspecto imaterial, do dinheiro e do crédito.

Pasqualini questionava abertamente o uso “egoístico” da propriedade e dos seus frutos no Brasil, tanto na condição de meios de produção quanto na forma de bens destinados ao uso individual e familiar, em especial enquanto moradia. Entendia que “a posse da terra e a propriedade em geral somente é *justa* quando realiza o seu fim social”.⁶¹ Mobilizando um cânone

católico para justificar as suas teses reformistas e intervencionistas, o “teórico do trabalhismo” argumentava o seguinte:

Segundo a doutrina da Igreja, a propriedade privada é um direito natural. Ora, de acordo com as estatísticas em nosso País nem 20% da população possui uma propriedade imobiliária, ou sob a forma de moradia ou de terra. Isso significa que, na situação existente, o direito natural não se realiza em 80% dos casos.⁶²

Pasqualini distinguia dois aspectos relativos à propriedade: o direito individual à propriedade e o seu uso.⁶³ O primeiro corresponderia à exigência ética de satisfação regular das necessidades e da comodidade dos indivíduos. O segundo guardaria relação com os benefícios coletivos a serem proporcionados pela propriedade. Para o personagem, esta distinção tanto legitimaria quanto relativizaria o direito de propriedade, notadamente com a ascensão do mundo industrial moderno. Isto porque a fábrica não consistiria em um bem divisível e os “meios de produção perderam o seu caráter primitivo, individual, para se concentrarem nos equipamentos mecânicos. Aí o operário já não mais imprime o seu cunho pessoal ao produto”.⁶⁴ Com um sistema produtivo e um regime de trabalho assentado em uma organização coletiva, os frutos do trabalho também seriam coletivos. A propriedade, portanto, tenderia a perder o seu antigo caráter individual, reservando ao Estado significativa margem de ação para regular o direito e a extensão da propriedade privada. Nesse sentido, o grau de intervencionismo e de controle estatal sobre a economia, ambos legítimos segundo Pasqualini, deveriam atender às contingências peculiares da sociedade. Pasqualini atribuía ao Estado preponderante papel na economia, de sorte a viabilizar a concretização social do preceito ético do trabalho e a elevação das condições de vida, de trabalho e de renda dos trabalhadores. Em grande parte, concebia a ideia de que a *tributação progressiva sobre a renda* representaria um especial mecanismo de intervenção estatal para atingir aqueles objetivos sociais e econômicos.

Uma das formas de exploração da economia popular, identificada pelo personagem, seria a concentração e a improdutividade da terra. Adepto da bandeira da reforma agrária, a referência intelectual trabalhista tecia considerações sobre a sua legitimidade nos seguintes termos:

Para justificar uma melhor distribuição da propriedade territorial não é necessário que exista o latifúndio. É bastante que a terra não esteja dando o rendimento econômico e social que se poderia esperar em outras condições de uso e exploração. (...) Não se trata aqui de “socializar”, isto é, de suprimir a propriedade e a exploração privada da terra, mas apenas de alterar as condições em que essa propriedade é exercida, tendo em vista um interesse social.⁶⁵

Preconizando as vantagens e os benefícios sociais da pequena propriedade – como a manutenção do trabalhador rural no campo e a atividade produtiva da policultura –, Pasqualini defendia uma reforma agrária baseada na organização dos trabalhadores em cooperativas, sob a assistência técnica e creditícia do Poder Público. Era nas cooperativas – chamadas pelo líder trabalhista de “colônias agrícolas” – que o personagem concebia a possibilidade de se gestar e disseminar, no campo, os princípios da solidariedade e do associativismo, assim como o financiamento e a assistência estatal (educacional, médica e técnica). Prevista a sua realização por intermédio de empréstimos sem juros concedidos pelos bancos estatais, ou seja, via “crédito social”, a reforma agrária advogada pelo personagem requeria a criação de um subsistema financeiro público e paralelo ao estabelecido sob a lógica lucrativa. Em suas palavras: “Os bancos visam o lucro e não objetivos sociais (...). Se a organização atual do crédito é apta para atender a economia capitalista, ela não o é para atender a produção ou a economia não-capitalista”.⁶⁶ Destinado o “crédito social”, entre outros, à reforma agrária e ao apoio ao sistema rural cooperativista, assim como à aquisição da casa própria pelo trabalhador urbano, ele “somente poderá ser organizado com o dinheiro público obtido através de tributação”.⁶⁷ A tributação direta e progressiva sobre a renda, assim como a tributação sobre o consumo suntuoso, correspondiam a relevantes dispositivos financeiros que Pasqualini colocava em destaque como fontes de aumento da receita estatal canalizada para o fomento de serviços e de iniciativas públicas que visassem o bem-estar social. Outro dispositivo que o personagem lançava mão era a “socialização parcial dos lucros”. Argumentava Pasqualini, ainda em sua União Social Brasileira, nos idos de 1945, “que não é possível isolar o lucro das causas sociais que o determinam ou que concorrem para a sua produção”. Duas causas fundamentais seriam as que se seguem: o trabalho realizado pela classe trabalhadora e o consumo coletivo.⁶⁸ Por conseguinte, baseado nos aludidos dispositivos financeiros, o “crédito social” representaria uma orientação estatal do fluxo financeiro, que pudesse propiciar a concessão oficial de empréstimos sem juros a diferentes necessidades da coletividade, sobretudo dos trabalhadores. Justificando a sua proposta de reforma bancária, argumentava o personagem:

Negar o crédito a iniciativas (...) socialmente prejudiciais e assegurá-lo às iniciativas (...) úteis, criar as condições de equilíbrio econômico, elevar (...) o nível de vida do povo, tudo isso significará a racionalização do sistema capitalista (...). A livre iniciativa, levada às suas últimas consequências, é a causa determinante dos desequilíbrios econômicos e, portanto, das perturbações sociais e políticas (...). No mundo moderno, o acesso aos meios significa pura e simplesmente o acesso ao crédito. Quando o crédito está apenas ao alcance de alguns privilegiados não se pode

afirmar que exista liberdade de iniciativa, porque a liberdade, sem os meios de torná-la efetiva, não passa de uma formação teórica e verbal.⁶⁹

A tributação progressiva, até os dias que correm, não representa a principal fonte de arrecadação do Poder Público brasileiro, tendo, este, nos impostos indiretos e regressivos sobre o consumo, a sua fonte arrecadatória maior. Ademais, no início dos anos de 1960, a receita conjunta de todas as esferas administrativas de governo atingia a casa dos 18% sobre o produto interno bruto, de acordo com Hélio Jaguaribe.⁷⁰ Na primeira metade da década de 1950, encontrava-se no patamar de 15%.⁷¹ Hoje, ela gira em torno de 35%, segundo Liliana Lavoratti.⁷² Conforme Jaguaribe, no período republicano aberto em 1945, “o Congresso estava próximo às classes possuidoras, (...) às quais não interessava, em princípio, aumentar a tributação. O Congresso, em suma, não queria se autotributar”.⁷³ Têm-se, com isso, um indício das dificuldades políticas que enredaram a aceitação da proposta do “crédito social”,⁷⁴ formulada e reverberada por Pasqualini, que ao fim e ao cabo, não foi aprovada no Senado Federal.

Concebendo-o como o ponto de partida para as “necessárias reformas de base no país”, Pasqualini tentou, sem êxito, convencer aos seus pares sobre a pertinência da aprovação do projeto. Reverberou o assunto até o seu afastamento do mandato, ao final do ano de 1955. Contudo, o projeto veio a ser arquivado no Senado Federal em 1959.⁷⁵ Opiniões de setores conservadores, contrários à perspectiva do senador em relação ao sistema financeiro, provavelmente representaram sérios obstáculos à aprovação do projeto. Nesse sentido, já no dia seguinte ao encaminhamento do projeto no Senado, o jornal paulista *Folha da Noite* posicionou-se desfavoravelmente, nos seguintes termos:

O projeto de lei (...), que propõe uma verdadeira revolução no sistema bancário brasileiro, deve ser considerado prematuro em relação às condições gerais reinantes no país. (...) [O crédito social] que o sr. Alberto Pasqualini denomina “destinado à produção não capitalista” ou para os pequenos produtores, nesse ponto o autor do projeto parece estar errado, pois não vemos fundamento para denominar-se “não capitalista” a produção dos pequenos produtores, uma vez que também visam o lucro. (...) No que diz respeito aos bancos particulares num sistema como o proposto pelo citado projeto, ficariam sujeitos a uma regulamentação e a intervenções mais rigorosas.⁷⁶

Aos olhos conservadores de Assis Chateaubriand (PSD/PB), o projeto era interpretado como “lírico”.⁷⁷ A Igreja Católica, por seu turno, não deixava de questionar a moralidade do cânone trabalhista esposado pelo personagem, qual seja: a socialização da riqueza. Dom Vicente Scherer, alto clérigo, arcebispo de Porto Alegre, destilou críticas ao “pensamento utopista” de Pasqualini,

ainda em 1949, quando o “teórico do trabalhismo” já andava reverberando pelos “pampas” a necessidade de uma reforma bancária e do crédito.

É inaceitável a socialização sem reservas dos meios de produção e das instituições de crédito. A coletivização das fontes produtoras de riqueza figura entre os dogmas fundamentais de Marx e do comunismo. Esta medida restringe justamente a liberdade dos cidadãos (...). A socialização repentina ou progressiva, patrocinada por não poucos utopistas, como sendo a fórmula mágica de salvação social, representaria um passo fatal e decisivo rumo ao estabelecimento de um regime totalitário e à divinização do estado. Os defensores dessa doutrina não podem inspirar confiança ao eleitorado católico.⁷⁸

Ademais, Pasqualini considerava necessária a criação de empresas estatais no setor de infraestrutura, especialmente, na exploração dos recursos naturais. Nos primeiros anos de 1950 foi relator, no Senado, do projeto de criação do monopólio estatal sobre a exploração do petróleo, por meio da *Petrobras*. Acerca do assunto, ainda em 1948, o personagem alegava o seguinte:

As riquezas naturais (...) representam um legado ou uma dádiva da natureza. Elas não deverão, por isso, ser exploradas num sentido egoísta (...). [Por isso] a socialização (estatização) das riquezas do subsolo e das fontes naturais de energia representa, pois, uma tendência do trabalhismo.⁷⁹

Tendia o “teórico do trabalhismo” a não apresentar uma posição eloquentemente hostil ao capital estrangeiro. O seu nacionalismo econômico não era demasiado saliente. Temática marcante nas propostas e orientações políticas do trabalhismo e do PTB, especialmente encarnada na *persona* de Getúlio Vargas, o nacionalismo foi progressivamente incorporado pela perspectiva pasqualinista, sobretudo na década de 1950, no curso da campanha “O Petróleo é Nosso!”. Entretanto, pode-se afirmar que o personagem considerava o capital estrangeiro uma variável para o desenvolvimento econômico brasileiro, em virtude de uma avaliação que salientava a escassez de recursos financeiros e de domínio técnico-científico no país.⁸⁰ Contudo, considerava que seria passível de ser acolhido o capital estrangeiro que viesse apenas a participar do setor industrial – entendendo como “desinteressante” a atuação em outros setores –, assim como submetido às “mesmas garantias e ao mesmo ônus do capital nacional”.⁸¹ Portanto, sem vantagens, benesses e subsídios, como usualmente, ontem e hoje, ainda são oferecidos por diferentes governos.

Considerações finais

Ressaltar as ideias de Alberto Pasqualini, assim como a relevância da prática política e da atividade intelectual do personagem na cena pública brasileira, em seu tempo, representou o

propósito central do trabalho. Seus contemporâneos, de maneira generalizada, o tinham como um “ideólogo”, como a expressão intelectual maior do trabalhismo e do PTB. Considerando a seleção que fiz de diferentes fontes primárias, o artigo converge com a avaliação dos contemporâneos de Pasqualini, no preciso sentido em que identifica esta peculiaridade como a forma de inserção política do personagem. Uma singular maneira de localização na corrente trabalhista e no cenário público nacional. Alberto Pasqualini expressou, pois, um perfil de exercício da atividade política distante dos padrões convencionais, em sua época e mesmo em nossos tempos, se tomarmos como parâmetro as características da seara política nos dias que correm.

Ademais, no que diz respeito a uma dimensão latente neste estudo, isto é, a memória política nacional, acompanho reflexão desenvolvida por Daniel Aarão Reis.⁸² Segundo o autor, a esquerda que emergiu após o golpe civil-militar de 1964, tendeu a considerar o “trabalhismo um lixo”, um fenômeno político classificado como “populista”. Portanto, uma corrente que nada teria a oferecer para o equacionamento dos desafios da sociedade brasileira. Se distante no tempo, ainda em nossos dias esse ponto de vista depreciativo sobre o trabalhismo revela expressão em distintos círculos políticos e culturais. De um ângulo interpretativo diferente, entendo que as experiências políticas e as propostas reformistas defendidas por Alberto Pasqualini, oportunamente, podem dar margem a uma compreensão das especificidades do trabalhismo, enquanto tradição política da esquerda brasileira.

Fontes primárias

BARBOSA, José. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 05/06/1964, p. 45.

CPDOC/FGV. PTB/DF, Parecer sobre o projeto de reforma de programa do P.T.B. configurado na contribuição do companheiro: Dr. Alberto Pasqualini, 27/06/1949, arquivo Getúlio Vargas, GVC1949.06.27/1, p. 1-8.

FOLHA DA MANHÃ. *Um partido político em organização pelo sr. Alberto Pasqualini*. São Paulo, 07/09/1945.

_____. *Propugna o sr. Alberto Pasqualini a eliminação de todas as formas de exploração econômica e social*. São Paulo, 12/09/1951, p. 3.

_____. *Discurso do sr. Pascoalini*. São Paulo, 22/08/1952, p. 1.

_____. *Praticamente comprometida a maioria do P.T.B. com Juscelino Kubitschek*. São Paulo, 13/11/1954, p. 3.

_____. *Cedo ainda para um balanço do apoio político que teria a candidatura do sr. Etelvino Lins*. São Paulo, 08/04/1955, p. 4.

FOLHA DA NOITE. *Revolução prematura*. São Paulo, coluna Notas Econômicas, 09/04/1954, p. 6.

_____. *Juarez: presidente, Pasqualini: vice*. São Paulo, 24/03/1955, p. 3.

MACHADO, Unírio. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 28/11/1958, p. 7571.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958 [1ª edição de 1948].

_____. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 22/09/1955, p. 2832.

REVISTA TRABALHISTA. Distrito Federal, edições de dez. 1949; jan. 1950; set. 1952.

SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vols. I, III e IV. Brasília: Senado Federal, 1994.

Páginas eletrônicas

BRASIL – FATOS E DADOS, disponível em: <http://brasilfatosedados.wordpress.com/2011/06/30/carga-tributaria-post-a-ser-publicado-12/>. Consulta realizada em: 20/07/2011.

SENADO FEDERAL. *Projeto de lei do Senado, no. 21 de 1954*. Brasília, Projetos e matérias legislativas, 18/12/1959. Tramitação disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=24585. Consulta realizada em 21/02/2012.

Bibliografia

ALTAMIRANO, Carlos. “Ideias para um programa de história intelectual”. In: *Tempo social*, São Paulo: USP, v. 19. n. 1, jun. 2007, p. 9-17.

BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 16ª ed., 2009.

CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2010.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERREIRA, Jorge. “Apresentação”. In: *Tempo*: Niterói, UFF, v. 14, n. 28, jun. 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JAGUARIBE, Hélio. *Brasil: crise e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

- LAVORATTI, Liliana. “As contradições do Fisco”. In: *Conjuntura Econômica*: Rio de Janeiro, FGV, v.65, n.4, abr. 2011.
- LEFEBVRE, Rémi. *Les primaires socialistes*. Paris: Raisons D’Agir, 2011.
- MACIEL, Eliane Cruxên B.A. “Nota biográfica”. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 43-65.
- MARX, Karl. *O capital*, livro 1 – o processo de produção do capital, vol. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.
- NEVES, Lucília de Almeida. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.
- NOLL, Maria Izabel, & TRINDADE, Hélgio (coords.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945-1994*. Porto Alegre: UFRGS.
- POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, Daniel Aarão. “As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições”. In: *História e perspectivas da esquerda*, FORTES, Alexandre (org.). São Paulo: Perseu Abramo; Chapecó/SC: Argos, 2005.
- SIMON, Pedro. *Atualidade de Alberto Pasqualini*. Brasília: Senado Federal, 2010, p.11-98.
- _____. “O exemplo do mestre”. In: ____ (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 11-42.
- SOARES, Gláucio A.D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- WEDY, Gabriel. “Alberto Pasqualini: o homem, o pensamento e o trabalhismo”. In: *Revista da Ajufergs*, Porto Alegre, n. 6, mai. 2009, p. 137-170.

¹ Doutor em História pelo PPGH/UFF. Professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro – FAETERJ-Rio/FAETEC/SECT-RJ.

² Seguem os discursos pasqualinistas que põem ênfase na “necessidade das reformas de base”: PASQUALINI, Alberto. “Reformas de base I”. Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 29/08/1951. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 241-246. PASQUALINI, Alberto. “Reformas de base II”. Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 11/09/1951. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 249-256.

³ Sobre as reformas de base, nos anos de 1960, consultar MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; & FREIXO, Adriano de. *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

⁴ O termo esquerda é aqui utilizado no sentido atribuído por Bobbio, ou seja, para classificar aqueles sujeitos políticos, individuais e coletivos, que perseguem a materialização contínua do princípio da igualdade, nos terrenos político, econômico, social e cultural. BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. São Paulo: Unesp, 2ª ed., 2001.

- ⁵ ALTAMIRANO, Carlos. “Idéias para um programa de história intelectual”. In: *Tempo social*, São Paulo: USP, v. 19. n. 1, jun. 2007, p. 9-17.
- ⁶ POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 68.
- ⁷ Sobre o ex-governador dos estados do Rio Grande do Sul (1959-1962) e do Rio de Janeiro (1983-1986 e 1991-1994), Leonel Brizola, consultar RUAS, Tabajara, e GONZALEZ, Sérgio. *Um brasileiro chamado Brizola – tempos de luta*. Porto Alegre: Eletrobrás: CEEE: Alers: Fundação Mário Soares, 2009.
- ⁸ MACIEL, Eliane Cruxên B.A. “Nota biográfica”. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 44. SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 30.
- ⁹ WEDY, Gabriel. “Alberto Pasqualini: o homem, o pensamento e o trabalhismo”. In: *Revista da Ajufergs*, Porto Alegre, n. 6, mai. 2009, p. 140.
- ¹⁰ A título de ilustração, consultar a matéria jornalística que segue: CORREIO DO POVO. “Entrevista sobre possível formação de um novo partido político”. Porto Alegre, 18/03/1945, p. 24. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 352.
- ¹¹ FOLHA DA MANHÃ. *Um partido político em organização pelo sr. Alberto Pasqualini*. São Paulo, 07/09/1945.
- ¹² PASQUALINI, Alberto. “Nossa única filosofia”. Porto Alegre: Correio do Povo, 03/04/1945, p. 4. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v.I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 357-359.
- ¹³ SIMON, Pedro (org.). *Op. cit.*, 2001, p. 70.
- ¹⁴ DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 26-28.
- ¹⁵ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 20-27.
- ¹⁶ CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2010, p. 109.
- ¹⁷ NOLL, Maria Izabel, & TRINDADE, Héliog (coords.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945-1994*. Porto Alegre: UFRGS.
- ¹⁸ PASQUALINI, Alberto. “Projeto de lei do Senado no. 21/54 – institui o sistema federal de bancos de estado e dá outras providências”. Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 08/04/1954. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 366-415.
- ¹⁹ A respeito, consultar: FOLHA DA MANHÃ. *Praticamente comprometida a maioria do P.T.B. com Juscelino Kubitschek*. São Paulo, 13/11/1954, p. 3. FOLHA DA NOITE. *Juarez: presidente, Pasqualini: vice*. São Paulo, 24/03/1955, p. 3. FOLHA DA MANHÃ. *Cedo ainda para um balanço do apoio político que teria a candidatura do sr. Etelvino Lins*. São Paulo, 08/04/1955, p. 4.
- ²⁰ PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958 [1948], p. 98 e 252.
- ²¹ Idem, p. 86-87.
- ²² A respeito da social-democracia europeia, consultar: Przeworski (1989). SHAW, Eric. *The Labour Party since 1945*. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999. CROSLAND, Anthony. *The future of socialism*. Londres: Constable & Robinson, 2006.
- ²³ PASQUALINI, Alberto. *Op. cit.*, 1958, p. 41.
- ²⁴ NEVES, Lucília de Almeida. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 187.
- ²⁵ No início da década de 1960, de acordo com Gomes, Dantas chegou a apresentar-se “aos petebistas como ‘o continuador de Pasqualini’”. GOMES, Ângela de Castro. “Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas”. In: ____ (org.), *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 143.
- ²⁶ Acerca desta dimensão das organizações partidárias, em especial as esquerdistas, ver PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

-
- ²⁷ No que tange a atividades de socialização e de compartilhamento de ideias internas ao PTB, Pasqualini reunia-se semanalmente com os estudantes universitários e os jovens militantes do partido (SIMON, 2010), além de participar com textos e se constituir em uma influente fonte inspiradora dos colaboradores da *Revista Trabalhista*, editada por Eurico de Oliveira. Consultar REVISTA TRABALHISTA. Distrito Federal, edições de dez. 1949; jan. 1950; set. 1952.
- ²⁸ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ²⁹ LEFEBVRE, Rémi. *Les premiers socialistes*. Paris: Raisons D'Agir, 2011.
- ³⁰ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 16ª ed., 2009, p. 94.
- ³¹ BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 41.
- ³² CORREIO DO POVO. “Aprovado o parecer do senador Pasqualini sobre o ‘Fundo Naval’”. Porto Alegre, 26/05/1951, p. 11-12. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. III. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 20.
- ³³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Fala o sr. Alberto Pasqualini: o trabalhismo em face do capitalismo e do socialismo”, Porto Alegre, 10/12/1949, p. 7, 14. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 201-207.
- ³⁴ CPDOC/FGV. PTB/DF, Parecer sôbre o projeto de reforma de programa do P.T.B. configurado na contribuição do companheiro: Dr. Alberto Pasqualine, 27/06/1949, arquivo Getúlio Vargas, GVc1949.06.27/1, p. 5.
- ³⁵ REVISTA TRABALHISTA. Distrito Federal, set. 1952, p. 54.
- ³⁶ REVISTA TRABALHISTA. *Bases e sugestões para uma política social*. Distrito Federal, ano I, n.1, dez. 1949, p. 40.
- ³⁷ Idem.
- ³⁸ FOLHA DA MANHÃ. *Discurso do sr. Pascoalini*. São Paulo, 22/08/1952, p. 1.
- ³⁹ FOLHA DA MANHÃ. *Propugna o sr. Alberto Pasqualini a eliminação de todas as formas de exploração econômica e social*. São Paulo, 12/09/1951, p. 3.
- ⁴⁰ MACHADO, Unírio. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 28/11/1958, p. 7571.
- ⁴¹ Getúlio considerava Pasqualini “o Harold Laski do Brasil”, uma comparação feita em relação a uma expressiva referência intelectual do britânico *Labour Party*, nas décadas de 1930 e 1940. Cf. MACHADO, Unírio. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 28/11/1958, p. 7571.
- ⁴² BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997.
- ⁴³ CORREIO DA MANHÃ. “Ao contrário dos que queriam explorar, Pasqualini desejava estruturar o PTB”. Porto Alegre, 05/06/1960. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 89.
- ⁴⁴ Acerca da preponderância da seção sul-rio-grandense no PTB, consultar: Bodea (1992). D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. SILVA, Roberto Bitencourt da. “O PTB (1945-1964): suas tendências políticas internas e a hegemonia do diretório sul-riograndense”. In: *Perseu*: São Paulo, Fundação Perseu Abramo, ano 5, n.7, nov. 2011, p. 175-198.
- ⁴⁵ PASQUALINI, Alberto. *Trabalhismo e desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: PTB/RS: Imprensa Oficial de Porto Alegre, 1952, 68 p.
- ⁴⁶ PASQUALINI, Alberto. “A sociedade segundo o trabalhismo”, Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 04/10/1951. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 257.
- ⁴⁷ Idem.
- ⁴⁸ Ibidem, p. 259.
- ⁴⁹ Idem.
- ⁵⁰ MARX, Karl. *O capital*, livro 1 – o processo de produção do capital, vol. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, p. 47-48.
- ⁵¹ PASQUALINI, Alberto. *Op. cit.*, 1958, p. 88.

⁵² Idem, p. 258.

⁵³ Idem.

⁵⁴ FERREIRA, Jorge. “Apresentação”. In: *Tempo*: Niterói, UFF, v. 14, n. 28, jun. 2010, p. 15.

⁵⁵ SOARES, Gláucio A.D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, p. 58-60.

⁵⁶ No caso, refiro-me à aposta socialista, não concretizada, de obtenção de uma maioria eleitoral operária. Em consequência, os partidos social-democratas europeus tenderam a dirigir o discurso e as suas propostas também a outros segmentos da sociedade. Consultar PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 38-44.

⁵⁷ Sobre o tema dos usos discursivos na política, consultar CHARAUDAU, Patrick. “La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político”. In: SHIRO, Martha, *et al.* (orgs.), *Haciendo discurso. Homenaje a Adriana Bolívar*. Caracas: Universidad Central de Caracas, 2009.

⁵⁸ PASQUALINI, Alberto. “Banco de desenvolvimento econômico I”, Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 06/06/1952. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 281.

⁵⁹ PASQUALINI, Alberto. *Op. cit.*, 1958, p. 149.

⁶⁰ Idem, p. 149-150.

⁶¹ Idem, p. 9.

⁶² PASQUALINI, Alberto. “Conferência de Caxias”, Porto Alegre: Diário de Notícias, 14/09/1950, p. 7. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 229.

⁶³ PASQUALINI, Alberto. *Op. cit.*, 1958, p. 273-277.

⁶⁴ Idem, p. 277.

⁶⁵ PASQUALINI, Alberto. “Entrevista sobre trabalhismo, capitalismo e socialismo”, Porto Alegre: Diário de Notícias, 10/12/1949, p. 7, 14. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 202.

⁶⁶ PASQUALINI, Alberto. *Op. cit.*, 1958, p. 16-17.

⁶⁷ Idem, p. 17.

⁶⁸ PASQUALINI, Alberto. “Sugestões para um programa”, Porto Alegre: Correio do Povo, 22/04/1945, p. 4-5. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 82.

⁶⁹ PASQUALINI, Alberto. “Inflação e estabilidade social”, Porto Alegre: Correio do Povo, 23/09/1955, p. 4, 9. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 428.

⁷⁰ JAGUARIBE, Hélio. *Brasil: crise e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 28-29.

⁷¹ BRASIL – FATOS E DADOS, disponível em: <http://brasilfatosedados.wordpress.com/2011/06/30/carga-tributaria-post-a-ser-publicado-12/> . Consulta realizada em: 20/07/2011.

⁷² LAVORATTI, Liliana. “As contradições do Fisco”. In: *Conjuntura Econômica*: Rio de Janeiro, FGV, v.65, n.4, abr. 2011, p. 14.

⁷³ JAGUARIBE, Hélio. *Op. cit.*

⁷⁴ PASQUALINI, Alberto. “Projeto de lei do Senado no. 21/54 – institui o sistema federal de bancos de estado e dá outras providências”. *Op. cit.*

⁷⁵ SENADO FEDERAL. *Projeto de lei do Senado, no. 21 de 1954*. Brasília, Projetos e matérias legislativas, 18/12/1959. Tramitação disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=24585 . Acesso realizado em: 21/02/2012.

⁷⁶ FOLHA DA NOITE. *Revolução prematura*. São Paulo, coluna Notas Econômicas, 09/04/1954, p. 6.

⁷⁷ Assis Chateaubriand, *apud* BARBOSA, José. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 05/06/1964, p. 45.

⁷⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Dom Vicente Scherer define a posição da Igreja Católica”. Porto Alegre, 10/07/1949, p. 23-24. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 37-38.

⁷⁹ PASQUALINI, Alberto. *Op. cit.*, 1958, p. 94.

⁸⁰ Idem, p. 96.

⁸¹ Idem.

⁸² REIS, Daniel Aarão. “As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições”. In: *História e perspectivas da esquerda*, FORTES, Alexandre (org.). São Paulo: Perseu Abramo; Chapecó/SC: Argos, 2005.